

GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES



ARTIGO

REINVENTANDO A UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER: AS VOZES DAS MULHERES EM MOVIMENTO

*Reinventing the democratic university in the perspective of well
living: the voices of women in movement*

*Reinventando la universidad democrática en la perspectiva del
bien vivir: las voces de las mujeres en movimiento*

Maria Ely Genro

Pós Doutora pela Universidade de Coimbra sob a orientação do professor Boaventura de Souza Santos. Professora do programa de pós graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul da Universidade Comunitária da região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: claudiabattestin@hotmail.com

Camila Tomazzoni Marcarini

Doutoranda no PPGEdU/UFRGS na linha da pesquisa Educação, Culturas e Humanidade.

E-mail: camailatm@gmail.com

Renata Castro Gusmão

Doutoranda no PPGEdU/UFRGS na linha da pesquisa Educação, Culturas e Humanidade.

E-mail: renatagusmao.poa@gmail.com

Como citar este artigo:

GENRO, Maria Ely; MARCARIN, Camila Tomazzoni; GUSMÃO, Renata Castro. Reinventando a universidade democrática na perspectiva do bem viver: as vozes das mulheres em movimento. **GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES**, jul./dez. vol. 2, n. 1, p. 99-122, 2019. ISSN 25959026.

Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/geoambes/index>

Volume 2, número 1 (2019)

ISSN 25959026

REINVENTANDO A UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER: AS VOZES DAS MULHERES EM MOVIMENTO

Reinventing the democratic university in the perspective of well living: the voices of women in movement

Reinventando la universidad democrática en la perspectiva del bien vivir: las voces de las mujeres en movimiento

Resumo

Este artigo apresenta a experiência do Seminário Configurações da Universidade Brasileira: os modelos hegemônicos e as universidades emergentes, realizado no segundo semestre de 2018, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para trazer à cena problematizações que surgiram no percurso e para aproveitar a experiência para movimentar o pensamento em relação a universidade e a construção de novos paradigmas a partir do feminismo. O atual momento político que o Brasil enfrenta, no qual a educação pública vem sofrendo constantes ameaças e desqualificação. Assim, trazemos a perspectiva do Bem Viver como uma proposta de resistência e enfrentamento à globalização neoliberal que coloca em colapso o planeta, assim como, os efeitos históricos do capitalismo, do colonialismo, do patriarcado e do racismo, com a contribuição das vozes de mulheres em movimento.

Palavras-chave: Descolonização; Universidade; Bem Viver; Mulheres.

Abstract

This article presents the experience of the Seminar on the Configurations of the Brazilian University: the hegemonic models and emerging universities, held in the second semester of 2018, of the Graduate Program in Education of the Federal University of Rio Grande do Sul, to bring to the scene have emerged along the way and to take advantage of the experience to move the thinking towards the university and the construction of new paradigms from feminism. The current political moment that Brazil faces, in which public education has been suffering constant threats and disqualification. Thus, we bring the perspective of Well Living as a proposal of resistance and confrontation with the neoliberal globalization that collapses the planet, as well as the historical effects of capitalism, colonialism, patriarchy and racism, with the contribution of women's voices in motion.

Keywords: Decolonization; University; Good Living; Women.

Resumen

Este artículo presenta la experiencia del Seminario Configuración de la Universidad Brasileña: los modelos hegemónicos y las universidades emergentes, realizado en el segundo semestre de 2018, del Programa de Postgrado en Educación de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul, para traer a la escena problematizaciones que surgieron en el recorrido y para aprovechar la experiencia para mover el pensamiento en relación a la universidad y la construcción de nuevos paradigmas a partir del feminismo. El actual momento político que Brasil enfrenta, en el cual la educación pública viene sufriendo constantes amenazas y descalificación. Así, traemos la perspectiva del Bien Vivido como una propuesta de resistencia y enfrentamiento a la globalización neoliberal que pone en colapso el planeta, así como los efectos históricos del capitalismo, del colonialismo, del patriarcado y del racismo, con la contribución de las voces de mujeres en movimiento.

Palabras clave: Descolonización; universidad; Bien Vivir; Las mujeres.

Maria Ely Genro. Camila Tomazzoni Marcarini. Renata Castro Gusmão

100

Introdução

Ainda temos muito que avançar rumo a uma universidade que seja de fato democrática, tanto em seu acesso, permanência, como nos conteúdos que circulam nos diferentes espaços acadêmicos. Discussão que faz-se necessária considerando

Este artigo tem o objetivo de compartilhar a experiência dos encontros e estudos produzidos no seminário “Configurações da Universidade Brasileira: os modelos hegemônicos e as universidades emergentes” (2018), coordenado pelos professores Maria Ely Herz Genro e Jaime Zitkosky, inserido na linha de pesquisa *Educação, Culturas e Humanidades*, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu/UFRGS). O texto é um compartilhamento de provocações de sala de aula que seguem reverberando e guiaram esta construção, assim como para instigar o pensamento que segue em construção em nossas pesquisas.

O Seminário foi uma vivência com encontros acolhedores, nos quais sentávamos em círculo para que circulassem melhor as palavras, saberes e sabores. Éramos um grupo, na maioria mulheres conectadas por pesquisarmos a “universidade” em nossos temas de mestrado e/ou doutorado. As dinâmicas foram variadas, o compartilhamento de textos e discussões sempre estiveram presentes. Nos dividimos em pequenos grupos, nos quais cada grupo foi responsável por apresentar um tema e realizar uma produção escrita. Um exemplo da atividade proposta foi a produção deste texto, uma autoria coletiva entre a professora organizadora e suas orientandas-doutorandas. Compartilhávamos a seguinte ementa/súmula orientadora do Seminário:

Estudo da Universidade Brasileira, seus aspectos históricos, desafios e suas configurações atuais. Destaque para o estudo dos **modelos hegemônicos de universidade** e o desenvolvimento tardio da universidade no Brasil. **Investigação dos múltiplos movimentos (organizações, movimentos sociais, manifestos, entre outros) instituintes no tensionamento crítico a elitização da universidade brasileira** [grifos das autoras].

Aproveitamos os grifos como inspiração para a organização desta escrita. Abordamos, inicialmente, alguns modelos hegemônicos de universidade. Neste contexto, partimos da leitura e discussão do capítulo que apresentamos: “Da Universidade Necessária à Universidade Emancipatória: balanço da gestão de um sonho, de José Geraldo de Sousa Junior” (2012). No texto o autor retoma as origens e o surgimento da Universidade de Brasília (UnB), referenciando o passado de forte repressão vivida no período da ditadura militar no Brasil; passando pelo processo de ocupação da reitoria, pelos estudantes, em 2008, após escândalos de corrupção do atual reitor na época, Timothy Mulholland; até a chegada de Sousa Junior à reitoria da UnB no final do mesmo ano.

Este artigo também dialoga com apresentações de outros grupos, com as discussões de sala de aula, anotações, e compartilhamentos das propostas de pesquisa. Durante o Seminário, buscamos percorrer o histórico e os desafios das universidades no Brasil e América Latina (SOUSA JUNIOR, 2012; ROSSATO, 2008; TRINDADE, 2018). Retomamos os estudos sobre a Reforma de Córdoba¹ como marco de uma proposta de Reforma Universitária na América Latina. Esta proposta tem como base a democratização do acesso à universidade, a defesa da participação democrática na gestão da universidade, e reforçar a relação entre universidade e sociedade (TUNNERMANN, 2008). Avançamos nossos estudos para viabilizar pontes entre o “Buen Vivir” e a universidade (MACHADO; GENRO, 2018 e ESCHENHAGEN, 2013). Este percurso nos provocou a pensar e conversar sobre o modelo de formação que ocorre nas universidades e o desafio de construir currículos e aprendizados comprometidos com a superação do elitismo, capitalismo e patriarcado instituídos hegemonicamente nas universidades (GOERGEN, 2010). Um contorno do olhar que está intimamente relacionado aos nossos propósitos de pesquisa - de descolonização da universidade, do conhecimento, das produções acadêmicas, e assim pensarmos formas de ampliação do diálogo entre a universidade e a sociedade, principalmente com grupos invisibilizados, marginalizados, numa aposta de redemocratização da universidade. No caso de nossas pesquisas, apostamos nos movimentos de resistência de mulheres que fazem parte dos grupos que são invisibilizados historicamente na linguagem, no protagonismo, na história, e na construção do conhecimento.

Desta experiência, nos deparamos com a questão: o que desejamos como pesquisadoras-escritoras-mulheres de um programa de pós-graduação em educação? Pergunta que ganha corpo, e faz-se ainda mais relevante neste momento em que a universidade pública está em risco no Brasil, após o anúncio de corte de verbas e da desqualificação da universidade pelo atual governo. Para problematizar esta questão, trouxemos alguns conceitos, propostas, movimentos, num tensionamento aos modelos hegemônicos de universidade.

1. O monstro de três cabeças: marcas que constituem a universidade brasileira

A educação superior no Brasil possui uma história de existência tardia (em relação aos outros países da América Latina) e de exclusão e desigualdade, historicamente construídas, em seu acesso. Um passado político de elitização que persiste no presente e que precisamos compreender para pensarmos os desafios futuros. O nascimento tardio da universidade brasileira reflete a mentalidade dos colonizadores sobre nosso território - do exótico e precário, sem saberes, história e cultura. O

¹ A luta dos estudantes de Córdoba (Argentina) em 1918 pretendia reformar as universidades na perspectiva de democratização institucional, envolvendo mudanças nas relações de poder, nos diferentes âmbitos do espaço acadêmico. Também apostar na construção de uma universidade atenta ao seu tempo, expressando sua pluralidade e aberta ao povo e suas demandas (MAFFEI, GENRO, 2019).

Brasil é um país com profundas desigualdades, cujo processos de dominação econômica e política se produzem historicamente, os quais refletem uma dinâmica de exclusão e opressão social. Chauí resgata esses pensamentos ainda tão presentes na sociedade brasileira para pensar a universidade:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou da chamada “cultura senhoril”, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus espaços: nelas as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. [...] Em suma: micropoderes capitalizam em toda a sociedade de sorte que o autoritarismo da e na família se espalha para a escola, as relações amorosas, o trabalho, os massa media, o comportamento social nas ruas, o tratamento dado aos cidadãos pela burocracia estatal, e vem exprimir-se, por exemplo, no desprezo do mercado pelos direitos do consumidor (coração da ideologia capitalista) e na naturalidade da violência policial (CHAUÍ, 2001, p. 13-14).

Frente ao apresentado, buscamos como pesquisadoras da educação, provocar uma reflexão em busca de uma “ciência cidadã”, inspiradas nas palavras de Cunha (2017, p. 04).

Urge pensarmos alternativas para enfrentarmos estas formas estruturantes de opressão-exclusão que carregamos há séculos como herança e que marcam a universidade brasileira e toda a sociedade. Há que decapitar o monstro de três cabeças².

Para enfrentarmos tal monstro, nos encontramos com as palavras de Segato (2018). A autora considera a ordem patriarcal “a pedra angular e o centro da gravidade do edifício de todos os poderes”, “a primeira e permanente pedagogia de desvalorização, conseqüentemente, de dominação”, refletindo em “violência patriarcal, misógina, homofóbica e transfóbica, desta modernidade tardia” (SEGATO, 2018 p. 212). Destacamos que as desigualdades entre mulheres e homens, assim como os privilégios que desfrutam o sexo masculino têm raízes ancestrais, como nos acrescenta Federici (2017) ao analisar o processo de transição da idade média para o capitalismo na Europa, e de colonização dos povos americanos e africanos. A autora nos mostra que juntamente com o cercamento das terras, que deu fim a uma vida comunal, também foram cercados e subjugados os corpos das mulheres, que passaram a exercer um papel meramente reprodutor - fabricar mão-de-obra para o capital -, sendo este o nosso papel social determinado pelo Estado e pela sociedade mercantil que nascia. Vale destacar que milhares de mulheres foram queimadas, enforcadas, humilhadas, violentadas publicamente para

² Metáfora de Raquel Lima, utilizada por Cunha (2017), para fazer referência a tríade: capitalismo-colonialismo-patriarcado.

servirem de exemplo a outras, e assim terem seus corpos “rebeldes” “controlados”. Para Segato (2018), “a ideia da queima às bruxas na Europa medieval não se equivale aos feminicídios contemporâneos, senão que apresentam uma relação genealógica com estes”. Para a autora, a fogueira representava uma pena pública de gênero, enquanto que os feminicídios contemporâneos ainda se mantêm na esfera privada no imaginário dos juizes, procuradores, editores de meios e a comunicação pública em geral. Como comprovam os casos de feminicídio, em 2019, nos primeiros dez dias do ano foram registradas duas mortes de mulheres a cada 24 horas³. Salientamos aqui que o feminicídio é crescente entre as mulheres negras e indígenas, o índice do crime chega a ser o dobro do que entre as mulheres brancas⁴.

Desde então, a realidade apresentada pelas autoras é fortalecida em um contexto de autoritarismo e injustiças, aos quais relacionam-se interesses privados de mercado, religiosos, acadêmicos, científicos na perpetuação das opressões. Se voltarmos nosso olhar às universidades, nos deparamos com estas raízes, de modo que o acesso das mulheres à educação superior também ocorreu como uma demanda do capitalismo por mão de obra qualificada para o mercado, como indica o documento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (2012),

El final del Siglo XIX, en toda la región latinoamericana registró una intensa actividad de incorporación de la mujer a la educación desde diferentes sectores y enfoques. [...] Se admitió la posibilidad de una educación menos tradicional para un grupo de mujeres de las clases dominantes, y una educación tradicional y limitada particularmente para las pobres, encaminada muchas veces a entrenar a la futura clase obrera en destrezas requeridas por la industria mercado de empleo formal.

Atualmente, mais de um século depois, no Brasil, as mulheres são maioria na educação superior⁵. Porém, ainda somos minoria nos cargos de direção e coordenação, assim como, nas publicações científicas (MORAES e FARIAS, 2018). Ainda há muito a avançar. Nos deparamos com

³ FERREIRA, Lola. Ano começa com números alarmantes de feminicídio e nova legislatura pode aprovar banco de dados sobre violência. Disponível: <<http://www.generonumero.media>>. Acesso em 02 fev. 2019

⁴ VIANA, Cleia Viana/Câmara dos Deputados. Disponível: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/565155-FEMINICIDIO-CRESCE-ENTRE-MULHERES-NEGRAS-E-INDIGENAS-E-DIMINUI-ENTRE-BRANCAS.-APONTA-PESQUISADORA.html>>. Acesso em: 20 de maio 2018.

⁵ Segundo os dados do Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revelam que as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação no Brasil. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206> Acesso em 12 fev. 2019.

o papel da universidade e a necessidade de conectá-la às demandas sociais latentes, entre elas, os efeitos do patriarcado, de modo que o ensino, a pesquisa e a extensão contribuam com a construção de justiça social, liberdades, democracia potente e conquista de dignidade para o conjunto da humanidade. Reafirmar a ideia da universidade como bem público significa potencializar o seu compromisso social, tal qual as palavras da professora e uma das autoras deste artigo:

A vertente de ênfase na “*responsabilidade social da universidade*” perante os problemas humanos contemporâneos (fome, apartheid, desastre ecológico e outros), juntamente com o compromisso com as soluções dos problemas nacionais (habitação, educação, desemprego e outros) é um desafio a ser fortalecido, nos países periféricos, por práticas políticas inovadoras com possibilidades de emancipação (GENRO, 2000, p.41).

Nesta perspectiva a universidade é espaço da diversidade e deve estar atenta aos problemas nacionais. Para isso, é preciso que a universidade volte-se para si mesma, mas sem deixar de se conectar com o que está do lado de fora de seus muros. É importante que enquanto instituição pública de ensino faça o exercício de observar o quanto é parte da manutenção das desigualdades sociais e que ações podem contribuir para mudanças na sociedade, ou como pode ampliar sua responsabilidade social. Esta ideia dialoga com a proposta de emancipação da universidade apresentada por Sousa Junior (2012). Este autor traz a ideia de necessidade de ampliação da democracia, referindo que está só será possível incluindo de fato todas/os como parte da construção do conhecimento e da dignidade humana. Não podemos deixar de destacar, que o atual anúncio do corte de verbas referente à Educação, por parte do Governo Federal, fere gravemente a proposta de *responsabilidade social da universidade*, tornando inviável milhares de pesquisas, ampliando ainda mais as desigualdades de acesso e permanência, desconstituindo a ideia de educação como um direito humano fundamental.

Acreditamos na potência da educação como uma das armas para enfrentarmos o monstro de três cabeças, considerando a concepção da universidade como um bem público com compromisso social, político, no aprofundamento da democracia, da crítica e do contraponto frente ao capitalismo predatório, ao sistema patriarcal e a colonialidade do poder. Cientes que esta relação produz tensionamentos, apostamos neste movimento como uma alternativa diante da situação que nos encontramos.

2. A universidade necessária, emancipatória e do Bem viver: o apagamento das mulheres na história

Para este ponto, retomamos o texto de Sousa Junior (2012), e seu resgate histórico da Universidade de Brasília (UnB), mencionando o quanto o Brasil não contava com uma tradição universitária, diferente de outros países da América Latina, que ainda no século XVI já contavam com universidades, como a universidade criada em 1538 na atual República Dominicana. O autor destaca que no Brasil, a partir 1920, foram instituídas as primeiras universidades. A Universidade do Rio de Janeiro (URJ) é a primeira experiência de um modelo de universidade brasileira, composta pela união das escolas isoladas de Medicina, Engenharia e uma escola particular de Direito (ROSSATO, 2008). Deste momento em diante, surgem muitas instituições superiores no Brasil, de forma indiscriminada e sem planejamento. A partir de então configuram-se outras universidades como a Universidade de Minas Gerais (1927), a Universidade de Porto Alegre (1934) e a Universidade Estadual de São Paulo (1935). Porém, ressaltamos que uma experiência relevante na construção de uma universidade brasileira conectada a um projeto soberano e de desenvolvimento do Brasil ocorre a partir de 1960, com a criação da Universidade de Brasília (UnB).

A UnB foi criada em 1962 por Darcy Ribeiro, que defendia uma “Universidade Necessária”, “universidade-semente”, espaço que “realizaria a conciliação da produção de conhecimento com as necessidades sociais brasileiras, concretizando o sentido utópico e transformador da Universidade.” (SOUSA JUNIOR, 2012, p. 7). Os ideias originais da UnB também buscavam reinventar a universidade no Brasil, desburocratizando seu funcionamento e conectando o conhecimento ali produzido com as demandas de transformação e desenvolvimento. Em 1964, durante a ditadura militar, estudantes e professores sofreram forte repressão, e foi desencadeado um projeto de exclusão da maioria do quadro de professores comprometidos com o projeto original.

Neste contexto, Sousa Junior (2012) destaca o papel importante da UnB em relação às políticas de Direitos Humanos como seu pioneirismo nas política de cotas, e na formação da Comissão da Verdade - instituída pelo governo brasileiro, pela lei nº 12528/2011, responsável por investigar as graves violações de direitos humanos cometidas entre setembro de 1964 e outubro de 1988, “(...) revelar a verdade sobre as ocorrências, conceder reparações às vítimas e, sobretudo, reformar e reeducar as instituições responsáveis pelos abusos para, assim, evitar repetição de ciclos de violência” (SOUSA JUNIOR, 2012, p. 18).

Neste passeio pela história da UnB, provocadas pela leitura de sala de aula, percebemos que é impossível realizar um balanço da universidade sem nos embaralharmos à situação política e social atual do Brasil. Pensando na perspectiva dos Direitos Humanos – expressão marginalizada, desqualificada, sobretudo atualmente -, não podemos deixar de registrar, de fazer memória para que a história não se repita como tragédia. Nesta perspectiva o fragmento citado faz-se necessário e atual para que não se apague o rastro de sangue, histórico, de um passado que se faz presente com o assassinato de Marielle Franco – mulher, negra, da favela da Maré, socióloga, foi coordenadora da

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), e que tinha como foco de sua atuação “a tríade: gênero, raça e cidade” (FRANCO, 2018). Marielle é um símbolo internacional de defesa dos Direitos Humanos desde seu assassinato no dia 14 de março de 2018, sobre o qual há um clamor global por saber quem mandou matar Marielle. Recentemente, vivenciamos outra situação de vulnerabilidade de um ativista dos Direitos Humanos, o então deputado federal Jean Wyllys, gay reconhecido pela sua luta, principalmente na pauta LGBTQ, desistindo de assumir seu mandato devido a inúmeras ameaças, assim recorrendo ao exílio para garantir a integridade física sua e de familiares.

Frente aos acontecidos, é impossível não olharmos, com preocupação, para o risco que encontra-se o estado de direito no Brasil, como apontam as estatísticas de feminicídios, de violência e assassinatos de LGBTQ, de militantes de direitos humanos, de moradores das favelas, o genocídio indígena, da população negra, vidas descartáveis como diria Judith Butler (2018). A pauta mencionada articula-se à liberação de uso de agrotóxicos, ao rompimento de barragens com dejetos de mineração, tendo como consequência centenas de mortos, além da destruição da fauna e flora. Desastres anunciados. Vivemos um processo de exceção em curso no Brasil a partir do golpe de 2016, no ataque a educação e saúde pública, a criminalização dos movimentos sociais e desmonte das políticas públicas relacionadas às questões de gênero, étnicas e ambientais. E qual o papel da universidade frente a este cenário? Como serão os próximos balanços das universidades? Que modelo de universidade sustentamos com nossas pesquisas? Qual nosso papel na universidade diante da perseguição que estamos sofrendo e do corte de verbas que inviabilizam as pesquisas?

Provocadas por estes questionamentos que nos afetam diretamente, trazemos o “Buen Vivir” ou Bem Viver como uma inspiração para respirar neste lamaçal⁶. Soterradas nesta lama de acontecimentos políticos, sociais, e ambientais, nos encontramos com outro texto lido e debatido durante o Seminário: “¿El ‘Buen Vivir’ en las universidades?: posibilidades y limitaciones teóricas” de María Luisa Eschenhagen (2013). O texto aponta o “Buen Vivir” como uma proposta para repensarmos o colapso do projeto social moderno. A autora nos lembra o papel importante das universidades na construção e reprodução de conhecimento que perpetuam, justificam e legitimam políticas atuais, as quais contribuem para tal situação global. No entanto, ela alerta que o “Buen Vivir” não está (e não pode estar) a serviço do mercado (ESCHENHAGEN, 2013, p. 90), mas que pode ser um contraponto a concepção hegemônica da modernidade dada, de um conhecimento fragmentário e

⁶ Lamaçal: referência ao acidente em Mariana (novembro de 2015) e Brumadinho (janeiro de 2019), durante esta escrita, ambos municípios do estado de Minas Gerais/Brasil, para não deixarmos de lembrar.

de um modo de vida individualista. O “Buen-Vivir” como uma ética para nos descolonizarmos, para descolonizarmos o conhecimento, os valores, as relações:

El “buen vivir”, como se ha traducido al español, tiene su origen en las cosmovisiones indígenas latinoamericanas de Abya Yala. La gran mayoría, con matices diferentes, comparten la idea del “buen vivir”, que hace parte integral de sus cosmovisiones, que tiene una perspectiva en común: “el paradigma comunitario basado en la vida en armonía y el equilibrio con el entorno” (Huanacuni Mamani, 2010: 13 in: ESCHENHAGEN, 2013, p. 91)

Pensando ainda no “Buen vivir”, na universidade e na construção do conhecimento, relacionamos essas reflexões com as contribuições que o feminismo tem realizado há décadas. Para pensar o futuro da universidade, como dito acima, é fundamental pensar o futuro da sociedade na qual está inserida. Partindo desse pressuposto, é necessário pensar novos modelos de desenvolvimento, aliado a outras ações, associando novas formas de relações econômicas, políticas e culturais com a superação do patriarcado e do racismo. Pautas que se fazem fundamentais para um Bem Viver, pois caso contrário, a universidade seguirá reproduzindo exclusão e contribuindo para invisibilizar grupos marginalizados. Assim, a importância das relações entre esse entendimento e a aposta da universidade como espaço de pluralidade, construção do conhecimento, avanços tecnológicos e também do diálogo.

As contribuições de Federici (2017) trazem à cena o papel fundamental que as mulheres sustentam há séculos, na manutenção de culturas ancestrais, de uma vida comunal, em maior comunhão com a natureza. E o quanto a colonização nos afastou e desqualificou essa forma de viver, nos impondo outros modos de existir, com um modelo de ciência e referenciais teóricos próprios. A busca pela superação de uma monocultura, baseada estritamente no pensamento eurocêntrico, somada ao exercício de desprender-se da lógica de desenvolvimento ocidental que devasta a natureza e vidas humanas, comunica-se com a luta histórica das mulheres pela superação de dominações e violências presentes no cotidiano. Assim, como afirmam Machado e Genro (2018), construímos reflexões com intuito de visitar a universidade e seus processos formativos:

Como fechamento, enfatizamos o interesse em conhecer e aprender com as elaborações andinas sobre o BV-VB para compreender pontos de estrangulamento em nossas práticas educacionais e de convivência em comunidades, bairros, cidades. Conceitos que invocamos em nosso contexto como metas nas práticas educacionais, tais como diálogo, comunidade, solidariedade, mas praticamos de maneira insuficiente ou desajeitada, sempre aquém do proposto, parecem encontrar ricos elementos nas formas de conceber a vida que nossos vizinhos andinos cultivam. (MACHADO; GENRO, 2018, p. 16)

Nesta proposta o Bem Viver - Viver Bem contribui para tensionar o modelo hegemônico de universidade, em direção a caminhos em direção à descolonização epistemológica, política e afetiva para repensarmos as universidades na América Latina.

Deste percurso, compartilhamos de mais uma memória, que parte de provocações advindas de outra temática do Seminário, no qual discutimos a Reforma de Córdoba, seus limites e possibilidades, estimuladas pelo livro “Noventa años de la Reforma Universitaria de Córdoba: 1918-2008”, de Carlos Tünnermann (2008). Desta experiência, destacamos que olhar para a origem da universidade, não apenas no Brasil, também na América Latina, é depararmos-nos com o elitismo desde sua concepção. Das discussões sobre os estudantes de Córdoba na luta pela democratização da universidade em seu acesso, permanência e funcionamento interno, constatamos que muitas vezes a democracia, mesmo quando reivindicada, pode excluir parcela da população. Por exemplo, ao olharmos para os 100 anos da Reforma de Córdoba, um marco importante de luta pela democratização da universidade e da sociedade latinoamericana, nos deparamos com seu épico Manifesto de Córdoba dedicado “**A los hombres** libres de Sud América”, [grifo das autoras] que diz em uma parte:

Se não existe uma vinculação espiritual entre o que ensina e o que aprende, todo ensino é hostil e por conseguinte infecundo. Toda a educação é uma longa obra de amor aos que aprendem. Fundar a garantia de uma paz fecunda no artigo combinatório de um regulamento ou de um estatuto é, em todo caso, amparar um regime de quartel, mas não um trabalho de ciência. Manter a atual relação de governantes e governados é agitar o fermento de futuros transtornos. (...) Os meios já gastos da autoridade que emana da força não se conformam com o que reivindica o sentimento e o conceito moderno das universidades. O estalo do chicote só pode atestar o silêncio dos inconscientes e dos covardes. A única atitude silenciosa, que cabe em um instituto de ciência é a do que escuta uma verdade ou a do que experimenta para acreditar ou comprová-la.

Retomamos o grifo para dizer que na oportunidade nos chamou atenção a ausência das mulheres nos registros da época, nos textos escritos, no Manifesto estudantil, nas imagens. Provocadas pela proposta da disciplina e por nossos temas de pesquisa, nos cresceu aos olhos o fato de nenhuma mulher ser mencionada. Uma invisibilidade que não é só na linguagem, como no manifesto acima. Ela é um apagamento na história, um silenciamento. Inspiradas por este incômodo, nos encontramos com Marta Samatán (1901-1981) - mulher, professora, advogada, reformista, nascida no Chile, uma das primeiras mulheres a jogar tênis, a nadar em Santa Fé e a dirigir um pequeno carro pelas rotas argentina. “Educação, democracia, liberdade, participação, responsabilidade, eram palavras que lhe importavam e guiaram suas escritas e conferências”, como nos conta Stella Maris Scarciófolo (2017, p. 41), no livro Marta Samatan: “Historia de una mujer reformista”. O livro inicia com o prólogo de

Javier Francisco Ago, decano da Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales (UNL), reproduzimos um fragmento:

Lamento desilusionarlos pero, debajo de estas tejas coloniales de paredes escritas y fríos pasillos, nada lleva su nombre. Ni un aula, ni una imagen, ni una placa de la recuerda em esta legendaria Casa de Estudios que también fue la suya. Sin embargo, méritos no le faltó sino más bien le sobró. Quizás haya sido el resultado de una estrategia perversamente de señaada por el despidado olvido y el exacerbado machismo, quienes suelen trabajar siempre a dúo convencidos de que en el transcurrir de los años, nada bueno se podría recordar de una mujer. Pues, como siempre, se equivocaron y muy feo com Marta Elena Samatan (SCARCIÓFOLO, 2017, p. 12).

Marta Samatan é um exemplo das mulheres invisibilizadas pela história, uma história de homens (brancos, heteronormativos), contada por homens (brancos, heteronormativos). Também nos encontramos com Cecília Grieson⁷, em 1989, a primeira mulher a se formar na Argentina e na América Latina, e que em 1910 havia presidido o Primeiro Congresso Feminista Internacional da Argentina. A partir desses dois exemplos nos perguntamos por que os estudantes comprometidos com a democracia da universidade invisibilizaram as mulheres universitárias e não incluíram em suas demandas as lutas feministas da época? Esse fato não é isolado, é frequente na história da humanidade e das diferentes áreas do conhecimento. A visibilidade das mulheres acaba sendo secundarizada, e assim muitas sujeitas políticas são esquecidas, caladas, escondidas. Nos casos acima e mesmo protagonizados por grupos que lutavam por democracia, é possível observar a reprodução da visão patriarcal de dominação, hierarquias, direitos desiguais e privilégios ao masculino. É importante estarmos atentas/os para que as ações pensadas como avanço na vida em sociedade, também estejam conectadas às lutas históricas das mulheres e das demandas feministas.

3. Repensar a universidade: movimentando diálogos com as invisíveis

Na condução final da experiência do Seminário buscamos, coletivamente, encaminhamentos para guiar nossas ações, pensamentos e escritas, enquanto Linha de Pesquisa, enquanto pesquisadoras, enquanto mulheres, e que contemplassem nossos incômodos e fossem ao encontro de nossos referenciais, ampliando-os, diversificando-os. Para avançarmos no processo de descolonização de nosso olhar-pesquisa, como uma sustentação ética de nossas produções, e de um modelo de educação e

⁷ Médica ginecologista e ativista dos direitos femininos, argentina nascida em Buenos Aires. Disponível em: <<http://biografias.netsaber.com.br/biografia-2359/biografia-de-cecilia-grierson>>. Acesso em 30 set. 2018.

universidade que não pertença apenas a uma elite monocromática e patriarcal. Em tempos que discute-se o armamento, e anuncia-se o desmonte da educação pública, sustentamos a escrita como arma de resistência a este cenário de tempos sombrios, de avanço de práticas reacionárias, nos quais algumas vidas valem menos que outras – populações descartáveis, como diz Judith Butler:

Neste momento em que a economia neoliberal estrutura cada vez mais as instituições e os serviços públicos, o que inclui escolas e universidades, em um momento em que as pessoas, em números crescentes, estão perdendo casas, benefícios previdenciários e perspectiva de emprego, nós nos deparamos, de uma maneira nova, com a ideia de que algumas populações são consideradas descartáveis. (BUTLER, 2018, p. 17).

E qual nosso papel diante deste pensamento? Para dialogar com estas questões, trazemos o pensador Boaventura de Sousa Santos, que propõe a ideia de Ecologia de Saberes (2010) – ou seja, a validação do conhecimento a partir de experiências daqueles que vêm sofrendo sistematicamente com as injustiças, opressões, discriminações do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado – como uma proposta para enfrentarmos a crise da democracia, da universidade, uma maneira de enfrentar e contrapor a “globalização neoliberal”, como uma “globalização contra-hegemônica” (SANTOS, 2004 p.38). Neste texto, trouxemos o “Buen Vivir” e a Ecologia dos Saberes, como propostas para repensar, reconfigurar e reciclar um modelo de universidade, para que este seja mais democrático, sustentável. Propostas que trouxemos para ampliar o alcance do olhar e do coração - esse “espaço que se abre dentro da pessoa para acolher certas realidades (...) luz própria que permite abrir passagem onde não parecia haver caminho, descobrir poros na realidade.” (ZAMBRANO, 2012 p.64). Cuidar do coração pulsante como resistência a toda perseguição que as universidades estão atravessando.

Do percurso descrito neste texto, sentimos a necessidade de seguirmos pensando, de nos mantermos juntas, para nos fortalecer e seguir na construção e defesa da universidade pública. Foi nesta perspectiva, que o grupo do Seminário (professoras/es, orientandas/os e outras/os estudantes), parte da Linha de Pesquisa, de forma compartilhada entre discentes e docentes, construiu a proposta de um novo seminário (2019/1): “Universidade e Bem Viver: perspectivas do feminismo para a formação humana”. Este espaço iniciou no primeiro semestre de 2019 – para estudantes da Linha e com vagas para outras/os interessadas/os através do Programa de Educação Continuada (PEC) do PPGEdU da UFRGS. Uma proposta criada para nutrir o grupo de pesquisa vinculado ao projeto *Universidade, Formação Política e Bem Viver: Estudo dos Projetos de Universidades Emergentes no Brasil*, ampliando nossa perspectiva de universidade, trazendo mulheres para os referenciais teóricos, hegemonicamente masculinos e brancos. Compartilhamos a seguir sua ementa:

Estudo do pensamento feminista descolonial na perspectiva do Bem Viver. Resgate histórico da contribuição do pensamento de mulheres feministas no Brasil para

Maria Ely Genro. Camila Tomazzoni Marcarini. Renata Castro Gusmão

111

pensar a formação humana na universidade. O feminismo interseccional e seus desdobramentos no espaço acadêmico. Levantamento de coletivos de resistências ao capitalismo, colonialismo e ao sistema patriarcal na contemporaneidade.

O Seminário está em andamento, e teve muito mais procura do que o imaginávamos. Ampliamos o número de vagas para contemplar mais inscritos, o que demonstra que há uma necessidade e busca por esta descolonização do conhecimento. Trazer à cena referências de uma diversidade de mulheres é um movimento importante nesta direção. Quando o assunto é democratização da universidade, as políticas afirmativas das cotas raciais foram um dos aspectos importantes dos últimos anos. Uma de suas consequências foi o aumento do acesso das mulheres negras à universidade, e conseqüentemente, tensionam-se as leituras históricas, brancas e europeias; busca-se ampliar as leituras e produções acadêmicas nesta direção (MORAES e FARIA, 2018), o que consideramos um salto descolonial.

Para caminharmos em direção a esta perspectiva do Bem Viver, trazemos a ideia de Ecologia de Saberes (BOAVENTURA, 2006) como inspiração para ampliarmos o diálogo da universidade com outros saberes, “tornar visíveis campos de saber que o privilégio epistemológico da ciência tendeu a neutralizar, e mesmo ocultar, ao longo de séculos”, especialmente nas áreas mais periféricas do sistema mundial moderno, onde o encontro entre saberes hegemônicos e não hegemônicos é mais desigual e violento” (p.152). Nossas pesquisas e projetos de teses caminham nesta direção: dialogar com experiências que possam contribuir para repensarmos o papel e a responsabilidade da universidade, sobretudo, através das vozes das mulheres.

Neste sentido, uma destas aproximações se dará por meio do *Slam*, um movimento mundial de resistência poética, uma batalha de poesia, rimas que denunciam exclusão, racismo, machismo, violências de gênero e classe, “a poesia permitiu me abrir para o mundo”, diz a poeta-slammer Tawane Theodoro, 19 anos, negra, periférica, vencedora do Slam Resistência 2018 em São Paulo. O Slam é uma forma de dar vazão, falar sobre assuntos silenciados, invisibilizado, tem familiaridade com o Rap, com os movimentos de arte de rua, um movimento de maioria jovens, no qual as mulheres têm uma grande participação e destaque, por encontrarem na poesia marginal a voz para suas questões. No Brasil o slam se constituiu com as manifestações de 2013, ganhando força também com as ocupações de escolas e universidade em 2016, recentemente podemos encontrar alguns trabalhos que utilizam o slam como ferramenta pedagógica em prol de uma educação étnico-racial (SOUSA, 2018) e para estimular e aproximar-se dos discursos dos alunos (VIANA, 201). Deste modo, também nos interessa escutar e dialogar com esses discursos, trazê-los das praças públicas, das periferias, para dentro dos muros da universidade, com desejo de fortalecê-las, e ampliar seu papel democrático. Segue a poesia de Tawane, vencedora de um Slam Resistência em São Paulo:

Maria Ely Genro. Camila Tomazzoni Marcarini. Renata Castro Gusmão

112

Eu não queria ser feminista.
Eu não deveria se feminista.
Em pleno século XXI
o feminismo não deveria nem existir.
(...)
É difícil imaginar
que em uma era tão tecnológica
eu ainda tenha que implorar
para onde eu passar
todos possam me respeitar.
(...)
O Brasil é o quinto país
mais violento
para mulher no mundo,
a cada dia
o feminicídio aumenta
e com a mulher preta
a estatística é ainda mais violenta.
(...)
Vocês acham que o feminismo é exagero?
Ele é o desespero.

É difícil imaginar/ que em uma era tão tecnológica/ eu ainda tenha que implorar/ para onde eu passar/ todos possam me respeitar. O trecho acima do Slam das Minas escancara a contradição entre avanços tecnológicos e a permanência de uma realidade de tantas injustiças e desigualdades com as mulheres. Assim, a aproximação entre o debate sobre o papel e o futuro da universidade, com as contribuições e reivindicações das mulheres e do feminismo, apresenta potencial de transformações nos modos de pensarmos e agirmos no mundo.

Outro foco é pensar a universidade como espaço de (de)formação humana. O trocadilho com as palavras busca apresentar a distância entre um ideal de uma universidade conectada com a formação humana, não apenas técnica, em comparação com uma realidade bastante presente, inclusive nas universidades públicas, de formação para as demandas do mercado. A formação na universidade é fundamental para que as transformações possam ser gestadas e realizadas. A ética da pesquisa, é a ética da formação, e das ações da extensão universitária. A ética da universidade passa pelo resgate das mulheres invisibilizadas nas mais distintas áreas do saber. A formação humana na universidade é possível, também, com a presença e conhecimento produzido pelas mulheres. Esse aspecto não impacta apenas as referências bibliográficas das disciplinas, exige um novo comportamento diante do conhecimento histórico registrado, em especial, identificando seus limites.

A desconstrução da desmercantilização da vida em sociedade com contribuições de culturas, epistemologias, de saberes menosprezados e subestimados, das vozes das mulheres críticas e feministas ao longo da história produzem críticas concretas e efetivas para a superação do patriarcado

e do racismo. Uma formação na universidade é refletida em suas práticas cotidianas. É preciso inaugurar novos olhares, práticas e respostas diante de violências que atacam a liberdade e a vida das mulheres na universidade. Um exemplo dessa questão é a violência que vivem dentro e fora da universidade. Já há pesquisas do Brasil que demonstram como a violência é realidade para as mulheres na universidade⁸, porém é preciso pensar em como combater não apenas a ocorrência das violências visíveis, mas também das invisíveis, como a superação do pensamento hegemônico que regula corpos, hierarquiza sexos, naturaliza violações, invisibilidades, ausências.

Uma importante experiência de espaços férteis para pensar uma nova formação em uma nova universidade pública é o protagonismo das estudantes feministas. Desde o ano de 2005, com a realização do primeiro Encontro de Mulheres Estudantes (EME) da União Nacional de Estudantes (UNE), as estudantes feministas protagonizam, através de distintas formas de organização como coletivos, núcleos, ações que buscam a reflexão de um mundo pós-patriarcal, pós-capitalista e pós-racista. Ao mesmo tempo protagonizam tensões e enfrentamentos dentro das universidades, como diante de gestões universitárias que escondem e mascaram os casos de violência que ocorrem dentro de seus espaços. Os EMEs da UNE tornaram-se espaços que buscam novas práticas políticas mais participativas, horizontais, solidárias para a constituição de uma agenda política coletiva das estudantes feministas nas universidades.

Assim, o desafio de repensar a universidade pública e a formação humana tem como aliado as mulheres, pois contribuem para refletir a partir de novos ângulos, apresentam novas interpretações de mundo e das demandas sociais, desnaturalizam opressões, visibilizam as vozes das mulheres historicamente caladas, escondidas, desacreditadas, diminuídas.

Considerações finais

Ao longo deste artigo podemos perceber que ainda temos muito que avançar no que se refere à transformação da universidade e no tocante a formação, construção do conhecimento e sua interação com a sociedade, de modo que sejam mais inclusivos e democráticos. Destacamos que a invisibilidade das mulheres não é apenas nosso material de pesquisa e estudo, mas resposta ao que também nos impacta e nos agride. Considerando que a universidade necessária e emancipatória é amplamente

⁸ Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Avon em 2015, 67% das mulheres entrevistadas, em um total de 1.823 universitárias das cinco regiões todo o país, afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência no ambiente universitário (sexual, psicológica, moral, física). Disponível em: <<http://www.institutoavon.org.br/#/pesquisas/pesquisas>>. Acesso em 10 jun. 2019.

democrática, e democracia de fato se constrói também em ato, não apenas por uma minoria de homens brancos, mas sim, com toda diversidade que existe de cores, raças, gêneros e classes. Para tanto, faz-se necessário enfrentarmos o monstro de três cabeças que nos oprime há séculos. Ao olharmos para tal monstro, nos questionamos quanto à existência de uma quarta cabeça, invisibilizada pelas demais: a do racismo.

Neste sentido, é preciso um olhar crítico e dialógico em relação aos nossos referenciais teóricos, às formas dominantes de escritas e metodologias de pesquisas, a qual ética estas respondem, pois com o véu da falácia da neutralidade acadêmica seguem segregando, excluindo e invisibilizando realidades, pensamentos e lutas. Essa provocação não visa deslegitimar o conhecimento hegemônico e suas múltiplas resistências, no contexto do norte imperial, mas de observar os seus limites e ampliá-lo. Se não nos articularmos nesta direção, não se democratiza de fato. Precisamos aprender com experiências alternativas, não desperdiçá-las, considerando que elas podem oxigenar a universidade e a própria democracia, ampliando e incluindo outras vozes como interlocutoras.

Trouxemos o Bem Viver, articulada a ideia de Ecologia de Saberes, como uma proposta de movimentar instituídos, de pensarmos novas práticas, para antigos conhecimentos, de modo que possamos aprender novas formas de relações, mais harmônicas e respeitosas, entre a vida humana e a natureza. Considerando que o conhecimento científico tem um poder importante na produção de práticas e pensamentos, procuramos dar visibilidade às múltiplas vozes de mulheres que com suas experiências, pensamentos e elaborações teóricas aliam o combate ao patriarcado a reinvenção de novos modos de ser e estar no mundo, em que a igualdade, a liberdade e a diversidade sejam fonte de produção da dignidade humana.

Para finalizar, reafirmamos a democracia e a necessidade de uma universidade pública e diversa, na construção do conhecimento, no acesso a direitos, na reinvenção da vida em sociedade e de uma outra ciência possível e necessária. Esta é a urgência do nosso tempo, tecida no cotidiano do nosso fazer político, como um exercício permanente de liberdade.

Referências

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CUNHA, Teresa. Todo trabalho é produtivo: economia de abundância e da sobriedade. In Xoan, Hermita (Org.). **(RE) Pensar a democracia**. Compostela: Obencicomun, 2017.

ESCHENHAGEN, Maria Luísa. “El BUEN VIVIR” en las universidades? Possibilidades y

Maria Ely Genro. Camila Tomazzoni Marcarini. Renata Castro Gusmão

115

limitaciones teóricas. **Revista Integra Educativa**, vol. VI, n. 3, 2013.

FEDERECI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FRANCO, Marielle. Diário do Centro do Mundo. **Marielle Franco conta sua história**. [vídeo] <<https://www.youtube.com/watch?v=-gUVlxFsnGo>>. Publicado em 15 mar. 2018. Acesso em 15 jan. 2019.

FRANCO, Marielle. **UPP: A redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro, 2014.

GENRO, Maria Elly Herz. **Movimentos Sociais na Universidade**: rupturas e inovações na construção da cidadania. 2010. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MORAES, Andrea, e FARIAS, Patrícia Silveira. Na Academia. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Explosão Feminista: arte, cultura, política, e universidade**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Netto Machado, A. M., & Herz Genro, M. E. (2018). Lições do sul: “buen vivir-vivir bien”, uma alternativa ao desenvolvimento, desde o pensamento andino. **Otra Economía**, 11(20), 119-135. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14735>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

ROSSATO, Ermelio. **Modelos da universidade brasileira (1920-1968)**. Santa Maria: Biblos, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O Intelectual de Retaguarda. In: **Análise Social**, 204, Instituto de Ciências Sociais: Lisboa, 2012.

_____. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SEGATO, Rita Laura. Manifiesto en cuatro temas. **Critical times** | Volume 1. 2018. Disponível em: <https://ctjournal.org/index.php/criticaltimes/article/view/30/27>. Acesso em: 13/05/2019.

SOBRINHO, José D. **Universidade fraturada**: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3. nov. 2015.

SOUSA, Mariely Zambianco Soares. Uma experiência de oficina pedagógica de poesia Slam em prol da educação étnico-racial. Trabalho apresentado na **III Jornada Brasileira de Educação e linguagem, XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul, III Encontro dos mestrados de Educação e Letras**. Campo Grande, Brasil: junho de 2018. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/jornadaeducacao/article/view/4985> Acesso em: maio de 2019.

SOUZA JUNIOR, José Geraldo. Da universidade necessária à universidade emancipatória: balanço da gestão de um sonho. **Da universidade necessária à universidade emancipatória**. Brasília: Editora da UNB, 2012. p. 7-37

VIANA, Lidiane. **Poetry slam na escola**: embate de vozes entre tradição e resistência. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis Assis, 2018. 165 f.

TUNNERMANN, Carlos. **A reforma de Córdoba 90 anos**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/reforTun/reforTunn.pdf> Acesso em: 20 jan. 2019.

SCARCIÓFOLO, Stella Maris. **Marta Samatan**. História de una mujer reformista. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2017.

THEODORO, Tawane. Slam Resistência. **O Feminismo não deveria existir!** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4wBcNE9JOUe>. Publicado em 25 de março de 2017. Acesso em 30 jan. 2019.

TRINDADE, Hélió. **Autonomia universitária**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Configurações da Universidade Brasileira: os modelos hegemônicos e as universidades emergentes. Porto Alegre, 2018.

ZAMBRANO, María. La metáfora del corazón. *In: Hacia un saber sobre el alma*. 2000. Alianza Editorial, S.A., Madrid, 2012. p.59-69